



Medievalis

v. 8, n. 2 (2019)

| 1

A nova relação entre fé e razão instaurada por São Justino

Bernardo Pinto de Albuquerque ¹

Resumo: Mais que uma visão de mundo ou uma ideologia, o Cristianismo é um acontecimento histórico potente o suficiente para dividir a história do Ocidente. Um acontecimento desta importância não poderia passar despercebido pela filosofia clássica e pelo respectivo sistema político da época, o que inevitavelmente exigiu das comunidades cristãs primitivas um esforço racional para dar razões de sua própria fé e conquistar o seu espaço no mundo como uma presença radicalmente nova do que se via até então. Esse esforço racional se traduzirá na marcante presença dos cristãos nos meios intelectuais da Idade Média, gerando um frutuoso encontro entre filosofia e cristianismo que se estenderá até os nossos dias. Esse movimento dialético entre fé e razão, que traz consigo novas perspectivas do acontecimento histórico Jesus de Nazaré, não poderá ser ignorado pelos séculos seguintes ao período Patrístico, especialmente com as produções literárias do mártir filósofo São Justino, responsável pela consolidação dessa relação dialética, que hoje precisa ser reavivada.

Palavras-chave: Fé e Razão; São Justino; Filosofia e Cristianismo; Patrística

Abstract: More than a worldview or an ideology, Christianity is a historical event powerful enough to divide Western history. An event of this importance could not go unnoticed by classical philosophy and the respective political system of the time, which inevitably required primitive christian communities to make a rational effort to give reasons for their own faith and to conquer their space in the world as a radically new presence in the world. This rational effort will translate into the marked presence of christians in the intellectual milieu of the Middle Ages, generating a fruitful encounter between philosophy and Christianity that will continue to the present day. This dialectical movement between faith and reason, which brings with it new perspectives on the historical event Jesus of Nazareth, cannot be ignored for centuries after the Patristic period, especially with the literary productions of the philosopher martyr Saint Justin, responsible for the consolidation of this dialectical relationship, which today it needs to be revived.

Keywords: Faith and Reason; Saint Justin; Philosophy and Cristianity; Patristic

¹ Graduando em Filosofia pela PUC-Rio no último semestre. Fundador do projeto “Filosofia na Vida”. Site: www.filosofianavida.com.br

<http://lattes.cnpq.br/0141260494734645>

E-mail: bernardo.ihsv@gmail.com



Introdução

É muito comum encontrar referências à Idade Média como um tempo desprovido de reflexões propriamente filosóficas. Mais que isso, um tempo de trevas, onde tudo o que é bom e belo foi sufocado. Felizmente, essa visão tem sido sistematicamente superada por estudos históricos, literários e filosóficos cada vez mais densos, acompanhados de certa dose de honestidade intelectual ao reconhecer a sabedoria daqueles que nos antecederam.

Segundo grandes filósofos modernos, como Bertrand Russell e Heidegger, na Idade Média não existiu filosofia, apenas teologia ou, no máximo, uma junção das visões aristotélicas com as do mundo judaico-cristão (LIBERA, 1990: 9). Ao contrário, a filosofia cristã se desenvolve ainda no contexto do helenismo e já é possível percebê-la nos primórdios, quando sua necessidade de existência emerge no capítulo dezessete do livro dos Atos dos Apóstolos: o encontro de São Paulo com epicuristas e estóicos em Atenas. Os primeiros cristãos, vivendo sob o jugo do Império Romano que governava o mundo grego, latino e hebreu, entraram em contato com a tradicional filosofia grega e precisaram estar a altura dela que, indiscutivelmente, representava enorme desafio para sua fé. Vemos Paulo, então, aproveitar um altar dedicado ao Deus desconhecido para pregar a paixão, morte e ressurreição de Jesus, o Deus desconhecido por eles. Não só isso, como usa do linguajar filosófico sobre questões metafísicas e se utiliza da poesia grega para provar seu ponto: “Pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dos vossos, aliás, já disseram (...)” (Bíblia de Jerusalém, 2012: 1935; Atos dos Apóstolos 17, 28); e em seguida faz referência a uma citação do poeta Arato, tirada do livro Fenômenos.

É certo que esgotar todos os séculos que intercorrem o medievo não é tarefa de um único e curto trabalho como este. Por esse motivo e outros de ordem prática, decidimos pelo recorte que diz respeito aos primórdios espirituais - não só em matéria de fé, mas também de razão - desses tempos pouco valorizados fora dos muros do cristianismo: aquilo que se chama período Patrístico², profundamente influenciado pelas narrativas paulinas e joaninas, como se verá. Mais especificamente, nos concentraremos sobre o desenrolar da literatura e filosofia cristãs, sem nos determos em autores específicos, até o

² A definição de Padres da Igreja: Padres apostólicos e Padres apologistas, que compõe o período Patrístico, aparecerá no final do capítulo terceiro de nosso trabalho.

século II, culminando com São Justino, o mártir e filósofo, “o mais importante dos Padres apologistas do século II” (BENTO XVI, 2010: 23).

Justino não só é responsável por apologias da fé cristã, mas pelo diálogo entre fé e razão que urge nos tempos do Império Romano. Mais que isso, responsável pela opção definitiva da jovem Igreja Católica pela filosofia como meio de dar razões à sua própria fé e com o diálogo com os não cristãos, tanto para fins de evangelização, quanto para fins de explicitação e defesa do povo cristão perseguido e marginalizado pelos romanos: políticos, filósofos, judeus e pagãos.

Com tudo isso, não estamos afirmando em absoluto que tudo o que se produziu de filosofia na Idade Média é propriedade intelectual exclusiva dos cristãos e nem culpabilizando outras denominações. Como afirma Alain De Libera:

A filosofia medieval latina deve provavelmente tanto ao pensamento árabe e judaico quanto ao pensamento grego e romano. Com efeito, até o século XIII, os progressos da filosofia ocidental são ritmados pela aquisição e assimilação dos materiais, temas e doutrinas vindos do Oriente. (LIBERA, 1990: 16)

Em outras palavras, toda a produção filosófica ocidental deve muito à produção oriental, especialmente aos árabes como Averrois³ e Avicena⁴. Dados todos os estudos sobre o medievo disponíveis atualmente, não se pode mais dizer, então, que o Ocidente, representado pelo pensamento cristão católico em sua maioria, estava fechado à ciência e à produção de conhecimento.

O tema parece ser de especial importância nos dias de hoje, tendo em vista o descrédito em que se encontra o pensamento cristão e suas contribuições à filosofia por parte de correntes filosóficas mais modernas e contemporâneas que, provavelmente, não existiriam se não fossem as generosas contribuições durante longos séculos de filósofos cristãos abertos ao diálogo. Desse modo, o presente trabalho pretende investigar quais foram as principais influências filosóficas e cristãs de São Justino, a começar pela própria figura de Jesus e seus apóstolos, e quais foram as específicas contribuições de seu pensamento para a instauração de uma nova relação entre fé e razão a partir do período Patrístico.

³ Filósofo e tradutor de diversas obras gregas para o árabe. Tomás de Aquino tem grande apreço pelo seu trabalho e constantemente o cita em seus escritos como comentador de Aristóteles por excelência. Faleceu em 1198.

⁴ Filósofo e tradutor de diversas obras de filosofia e medicina, dentre outras prováveis, e que, certamente, influenciou Averrois. Faleceu em 1037.

A metodologia adotada é das mais simples. Serão feitas revisões literárias de comentadores medievais e de fragmentos dos textos originais de Justino que sirvam de base para nossa tese e que demonstrem, com solidez, como a intervenção do filósofo marcou o período Medieval e além. Para tanto, optamos pelos seguintes tópicos a serem desenvolvidos:

Em primeiro, trataremos exclusivamente das origens das letras cristãs. Veremos como da figura de Jesus, que nada escreveu, emergiram diversas expressões literárias interessantes, embebidas não só de fé, mas de grande conteúdo filosófico e moral. Passado deste momento, veremos as principais influências diretas de Justino: quem são, como o influenciaram e o motivo de terem sido importantes para suas posteriores elaborações intelectuais. Seguiremos então para a relação fundamental da filosofia justiniana com o conceito de *logos* e de *logos spermatikos*, importantíssimos ao longo de toda a história da filosofia; além de uma breve análise da escolha de seu estilo literário, diferenciado de todos os Padre da Igreja até o momento. Por fim, ao longo do trabalho, constataremos o legado de São Justino para a filosofia medieval como um todo e como elas extrapolam seu tempo, tocando em assuntos que servem de objeto de estudo até hoje.

As origens das letras cristãs

Jesus nunca escreveu, tanto quanto sabemos, a não ser uma vez e sobre areia. Não fundou nenhuma academia ou seita filosófica e nunca se preocupou de fixar sobre o papiro as palavras que pronunciava. No entanto, ainda não acabara o primeiro século e já o essencial da sua vida e da sua mensagem existia sob a forma de livros, de livros que leremos sempre. E o século II não se escoará sem que surja uma verdadeira literatura cristã (...). Esta literatura não brotará da vontade de alguns homens de talento, desejosos de exprimir-se numa obra. Nascerá da própria vida, das necessidades e das circunstâncias, como um meio e um testemunho de ação. (DANIEL-ROPS, 2014: 243)

Jesus Cristo, o modelo e inspiração de todos os Padres apologistas que vão durar até o século IV, nunca escreveu nada. Todo seu proeminente talento discursivo, suas lições de vida e doutrina, foram transmitidas oralmente aos que o puderam ouvir, em particular àqueles doze apóstolos chamados a viver mais intimamente com ele, tomando-o por mestre, senhor e Deus. É indiscutível que tenha sido um grande orador; a admirável arte da palavra que trazia consigo inebriou a muitos, desde os mais simples camponeses ao letrados escribas e publicanos. De modo que não houvesse quem não ficasse admirado

com a arte, a simplicidade e a profundidade dos discursos do pobre filho do carpinteiro de Nazaré.

Mas, se Jesus, chamado Cristo, não deixou de próprio punho nenhum escrito, como então seus ensinamentos podem ter chegado tão longe e por tanto tempo? Essa mesma pergunta pode ser feita à respeito de Sócrates, por exemplo. Para o observador limitado pela distância de dois milênios, isso soa desafiador e até mesmo impossível. Não obstante, não só nos meios judaicos, como também na Grécia, no nascente Islão, em Madagascar e até mesmo nas Américas, a principal maneira de transmitir pensamentos era por meio da memória. Ouvir atentamente ao mestre e ser capaz de repetir suas lições nos mínimos detalhes foi o método de ensino principal até então. A transmissão de mitos; as narrativas cosmogônicas; os códigos morais e religiosos; as técnicas das profissões; tudo era cuidadosamente repassado de mestre para aluno através da oralidade.

A memória como principal método de transmissão de ensinamentos não se encerra na antiguidade. É possível vê-lo ainda na carta intitulada *De Modo Studendi*⁵ de São Tomás de Aquino a um certo frei João, onde ensina no ponto nove: “Não se atente a quem diz, mas ao que é dito com razão e isto, confia-o à memória.” Também aqueles mais velhos entre nós ainda hoje poderão iluminar essa questão contando a respeito de seus tempos escolares, quando eram ensinados a decorar tudo o que os professores diziam ser importante ter presente na memória. Por esse motivo não se deve estranhar absolutamente que os próprios cristãos durante os primeiros vinte ou trinta anos de nossa era não se preocuparam em escrever nada, mas apenas em ouvir as autoridades - os apóstolos e seus sucessores - e repetir seus ensinamentos.

Com o passar do tempo e a expansão da Igreja, provavelmente notando o grande perigo que corriam de perder a veracidade da transmissão da doutrina de Cristo, nasceu o costume nas comunidades cristãs de escreverem pequenos livros e divulgá-los amplamente. Os sacerdotes e aqueles mais letrados redigiam textos em modelos de prontuários, de pequenos manuais, tanto de vida espiritual quanto de vida prática. Apesar de provavelmente ter sido escrito após o primeiro Evangelho, um bom exemplo desse tipo de literatura circundante nos primeiros séculos e que chegou até nós é a *Didaquê*⁶.

⁵ Nesta carta, Tomás responde a um jovem frase de nome João de sua Ordem que pede a ele auxílio nos estudos. Seu conteúdo consiste em uma breve saudação, treze conselhos curtos porém densos e uma despedida: *Vale!*

⁶ Quando já se julgava perdido, este livro foi reencontrado em 1873 numa biblioteca de Constantinopla. Segundo os críticos, sua composição data entre os anos 70 e 150. Foi tão importante que chegou a ser considerado um livro inspirado como aqueles que compõem a Bíblia. Hoje disponível para aquisição com facilidade, com boas traduções e comentários.

Também chamado de Doutrina dos Apóstolos, é considerado o primeiro catecismo da Igreja Católica, mesmo com autor desconhecido, tamanha sua importância, fama e aceitação nas comunidades primitivas.

Ainda assim, esses livretos que precederam até mesmo os Evangelhos e que continuaram sendo produzidos após, eram simples e incompletos, muitas das vezes apenas notas “que tinham em vista somente apoiar a expressão oral, que continuava a ser essencial” (DANIEL-ROPS, 2014: 246). É somente entre os anos 50 e 55 que surge o primeiro Evangelho, narrado em arameu segundo São Mateus, que continuará a ser o mais utilizado pela Igreja antiga, ao menos no mundo greco-romano, mesmo após o advento dos outros três⁷. Justino, por exemplo, já em meados do século II, vai citá-lo 170 vezes nos textos que sobreviveram ao tempo (DANIEL-ROPS: 2014, 250). Até o segundo século, portanto, muitos cristãos se apoiam quase que exclusivamente nos textos do Antigo Testamento, nas cartas que os apóstolos e bispos enviavam às suas comunidades, nos livretos aceitos pelas comunidades e, principalmente, na autoridade daqueles que ouviram diretamente a Jesus e a seus apóstolos.

A literatura cristã deve toda sua produção à grande fidelidade que os fiéis da Igreja nascente tinham para com os apóstolos. Não só passaram a usar os quatro Evangelhos, como também um livro denominado Atos dos Apóstolos e uma compilação de Epístolas destes mesmos e de alguns discípulos em sua liturgia e vida, comumente chamadas de cartas católicas até então, tendo em vista que não havia definição ainda a respeito de sua inspiração. Convictos da verdade de sua tradição, os primeiros cristãos queriam estar em contato com tudo o que dizia respeito aos seus modelos, considerados sucessores de Cristo na Terra, para que assim não traíssem o legado de seu mestre e permanecessem fiéis à doutrina apostólica mesmo em face da grande expansão da nova religião e das intercorrências inerentes a essa grande empreitada num ambiente politeísta e diverso em praticamente todos os aspectos de piedade, culto e modo de vida.

Ao analisar as Epístolas paulinas, por exemplo, é possível perceber o quanto as letras cristãs são devedoras da experiência prática do cristianismo, como elas estão

⁷ A ordem canônica é: Mateus, Marcos, Lucas e João. A escolha do Cânon Romano foi finalizada quando findou o século II. O chamado Cânon de Muratori é um documento importantíssimo para provar a autenticidade dessa escolha. Não resta dúvida de que, em Roma, por volta do ano 200, a Igreja já utilizava o mesmo cânone que usam os cristãos católicos hoje com exceção das Epístolas de São Tiago e São Pedro (DANIEL-ROPS, 2014: 263). É em 397, porém, no Concílio de Cartago, que a escolha definitiva será tomada e posteriormente confirmada de uma vez por todas pelo Concílio de Trento no século XVI, por conta do protestantismo.

pautadas na atividade missionária do apóstolo⁸ pregando pelo mundo. São Paulo viaja pelo mundo pregando às comunidades cristãs, aos judeus e pagãos indistintamente. Seu expresso desejo nessas narrativas é que a vida de Cristo seja conhecida e a fé seja abraçada pelo maior número de pessoas. Porém, apesar de existir esse núcleo central do conteúdo de sua pregação, uma análise mais literária, estilística ou mesmo retórica, pode demonstrar como a forma desse conteúdo essencial para Paulo mudava em cada caso. É a necessidade que surge em cada contexto de uma mensagem que não vai isolada e alheia à vida de quem a ouve.

(...) Por último, à medida que o cristianismo progride, mudam as perspectivas: um livro dirigia-se sobretudo aos meios judaicos de Jerusalém, outro terá em vista os helenistas da diáspora; um pensava em ouvintes humildes e simples, ao passo que outro procurará despertar a atenção das pessoas cultas. É todo um conjunto infinitamente complexo de desígnios e ambientes, de influências recíprocas, de técnicas diversas que se deve ter em mente (...). Estes primeiros textos cristãos ostentam claramente a marca dos homens, do ambiente e das épocas, isto é, da própria vida que lhes deu origem. (DANIEL-ROPS, 2014: 247).

Outra importante característica desses textos é que não pretendem apresentar nenhuma novidade em relação à boa nova da mensagem de Jesus. Buscam, sim, desenvolver e precisar os elementos da moral e da teologia, gerar comunhão entre as comunidades. Não querem acrescentar nada ao que o mestre disse, mas interpretar, desvendar tesouros escondidos na sua tradição oral, aproximando-os das preocupações dos homens no século. Isso permanecerá como uma tônica para sempre na história do cristianismo, mesmo quando surgem novas formas de literatura e novas intenções de produção textual, como o fervoroso debate entre fé e razão que constituirá a filosofia e a teologia cristãs propriamente ditas.

⁸ Paulo de Tarso, perseguidor dos cristãos, apesar de não ter conhecido a Cristo antes de sua morte e não ter convivido com ele, é considerado apóstolo pela Igreja por conta de sua experiência de conversão extraordinária e sua força evangelizadora. O livro dos Atos dos Apóstolos narra a aceitação de Paulo por Pedro e os demais apóstolos, além de suas viagens missionárias. É uma figura tão estimada no cristianismo, que passa a ser honrado na mesma festa litúrgica de São Pedro, considerado o primeiro Papa. Juntos, são chamados de pilares da Igreja.

As influências de Justino

Depois de contextualizarmos brevemente as primeiras letras do cristianismo, podemos passar às influências mais diretas de Justino, o filósofo cristão martirizado por volta do ano 165 e que queremos apontar como divisor de águas na relação entre fé e razão, entre Igreja e filosofia. Esse movimento não podia acontecer, como vimos, se não fossem as necessidades específicas da vida de cada pregador e a pretensão de universalidade do cristianismo. Também não teria podido continuar a aprofundar-se sem o Evangelho de João, um texto que a exegese aponta como tendo “hábitos de pensamento e estilo semíticos, transportados para o âmbito helênico” (DANIEL-ROPS, 2014: 255) e que já circulava no início do século II, junto do livro do Apocalipse e outras três epístolas, atribuídas ao mesmo autor, a saber, o discípulo mais novo de Jesus e que terminou a sua vida com idade muito avançada⁹ exilado na ilha de Patmos por ordem de Domiciano, por volta dos anos 90 - 100 d.C.

Não é necessário muito esforço para perceber as influências helênicas neste Evangelho escrito em grego. Não só pelo estilo da escrita e pela língua adotada, mas principalmente pelo uso de palavras pertencentes aos círculos filosóficos. Este que, com folga é o mais denso e profundo dos evangelhos, também o que possui mais elementos originais (DANIEL-ROPS, 2014: 258), começa da seguinte maneira:

No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. O que foi feito nele era a vida, e a vida era a luz dos homens; e a luz brilha nas trevas, mas as trevas não a apreenderam. (Bíblia de Jerusalém, 2012: 1842; João 1,1-5)

O termo que São João usa em grego e que foi traduzido por Verbo é, indubitavelmente, a palavra grega *logos* emprestada do conceito filosófico que ela carrega. O *logos* é um princípio regulador do curso da natureza, age no mundo e o conduz, mas não se limita à temporalidade que regula, não é apreendida por ela. É possível dizer ainda que é um princípio que confere ordem e racionalidade a todo o cosmos e está profundamente conectado à própria razão humana. Heráclito, Platão e Aristóteles são

⁹ São João foi o único apóstolo que não foi martirizado. Apesar das tentativas, nunca conseguiram de fato matá-lo e existem muitos relatos de acontecimentos milagrosos nessas tentativas. O imperador dominicano, então, decide exilá-lo, mas mesmo no exílio permanece escrevendo e seus textos terão profundo impacto. Sua data de falecimento não é precisa, apenas sabe-se que realmente morreu muito idoso, provavelmente de causas naturais.

exemplos de filósofos que empregam esse conceito em suas formulações sobre a *physis*, o mundo natural. Também posteriormente os estóicos adotaram esse conceito e dirão ainda mais: todo ser racional possui, em germe, um fragmento do *logos* - dessa fonte cósmica da ordem - em si. A isso chamarão de *logos spermatikos*, a razão seminal, que São Justino dará novo significado.

Um conceito dessa monta era a síntese que os cristãos precisavam para explicar racionalmente a criação do mundo por Deus: o *logos* é o Cristo, que estava junto de Deus e que também é Deus. Que deu ordem para todas as coisas e que sem ele nada foi feito. Que ele é o próprio princípio vital do universo, que é o que dá vida e razão aos homens, mas que os homens não compreenderam e nem nunca poderão esgotar.

Junto das cartas de Paulo, este Evangelho é todo o material necessário para o início do que se chamará filosofia e teologia cristãs: o encontro entre o Cristo-Deus feito carne para redimir a humanidade e o Cristo-Logos, princípio metafísico regulador do universo, por quem e para quem tudo foi feito. É nesse ponto de convergência que o Deus teórico dos filósofos se tornará, no pensamento de Justino e da Igreja doravante, um ser pessoal de amor.

Esse Deus que antes era visto como um ser neutro, como o conceito supremo e conclusivo; esse Deus que é considerado o puro ser e o puro pensamento que gira eternamente num círculo fechado em torno de si mesmo, sem chegar jamais até o ser humano e o seu mundo pequeno; esse Deus dos filósofos cuja eternidade e imutabilidade pura exclui de antemão qualquer relação com o mutável e o devir; esse Deus passa a aparecer agora, para a fé, como Deus dos homens, que não é apenas o pensamento do pensar e a matemática eterna do universo, mas também ágape e poder do amor criativo. (RATZINGER, 2014: 107)

Apesar da particularidade da simbiose com a figura de Cristo, essa interpretação do *logos* não é completamente original. Foi Fílon de Alexandria, judeu, que, muito estudioso tanto de Platão quanto da literatura e tradição veterotestamentária, percebeu o quanto o princípio do Deus dos filósofos correspondia à criação e ação do Deus de Abraão, Isaac e Jacó no mundo.

O *logos* de Fílon, incorpóreo mas com aspecto imanente, é instrumento da divindade para criar o mundo sensível a partir dele mesmo. Em outras palavras, uma ordem inteligível de Deus que cria a partir de si mesmo, gerando o mundo físico. Nessa esteira, como bom platônico e bom judeu, foi capaz de aproximar a teoria platônica do mundo das ideias e as religiões monoteístas: de si mesmo Deus gera as ideias perfeitas, os princípios lógicos com potência racional - comparados ao mundo inteligível de Platão

- que causam o mundo natural, o mundo sensível. Esse mesmo filósofo platônico de Alexandria será um dos primeiros - se não o primeiro - a produzir tratados dirigidos aos pagãos para defender o povo judeu, o que o torna precursor dos apologistas cristãos do século II.

Certamente, o seu *logos*, pensamento de Deus, laço imanente do mundo, arquétipo da Criação, não era ainda o verbo feito carne que São João anunciaria quarenta anos mais tarde, mas não há dúvida de que o rabi filósofo conseguiu que o pensamento humano transpusesse uma importante barreira; também neste ponto, os cristãos se lembrarão dele. (DANIEL-ROPS, 2014: 276)

Dessa mesma fonte bebem os neoplatônicos, dos quais Fílon também foi predecessor, que afirmam que o mundo provém do *nous* ou espírito que, por sua vez, é causado pelo Uno. Percebe-se que a estrutura lógica por de trás é a mesma. A diferença daquele rabi é que estava comprometido com a compreensão racional de sua fé e não com o Deus apático dos filósofos. É o mesmo espírito que conduzirá os cristãos a tomar a filosofia por empréstimo no Pratrístico.

Até aqui, a saber, a escrita dos evangelhos e das epístolas - com exceção aos pequenos livros didáticos que funcionavam de apoio à oralidade e aos escritos apostólicos, por mais que alguns tenham sido considerados inspirados antes do fechamento do cânon - tratamos de um tempo de escritura revelada, inspirada por Deus nos homens para que escrevessem, segundo a doutrina cristã, infalivelmente o que o Espírito Santo lhes queria comunicar. Deste ponto em diante, com os chamados Padres da Igreja no início do século II, vemos emergir uma literatura cristã propriamente dita, feita por homens.

Sua literatura era eminentemente escriturística, isso é, embasavam tudo o que diziam nos textos neotestamentários e sobre eles se debruçavam como ninguém, dando origem à exegese bíblica. Foram também eles que anexaram o Antigo Testamento ao Novo e que enxergaram o sentido cristológico, a prefiguração de Cristo, na Bíblia antiga. Sem essas interpretações pelos símbolos, essa exegese tipológica, encabeçada por intelectuais como Justino, Irineu e Clemente de Alexandria, tudo o que se passará na filosofia da Idade Média tardia é absolutamente incompreensível. Este vasto grupo de ilustres figuras possui dois momentos que veremos a seguir: o dos Padres apostólicos e dos Padres apologistas.

Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e,

particularmente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou puramente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim, arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar este fim. (ALTANER; STUIBER, 1988: 21)

Os Padres apostólicos são aqueles das duas primeiras gerações cristãs. Alguns exemplos destes primeiros, contemporâneos do apóstolo João, são: Clemente, Inácio de Antioquia, Policarpo e Papias. Eram homens de todas as nações e das mais diversas experiências. Vemos na ordem destes exemplos citados respectivamente um romano, um sírio e dois asiáticos. Dentre eles existem papas e bispos, mas também simples fiéis, que receberam o mesmo título em vista da dignidade de sua vida, de seus escritos e de sua antiguidade¹⁰. Porém, suas produções literárias eram o que se poderiam chamar de *ad intra*, isto é, internos, para dentro do mundo cristão. São conselhos, interpretações, poemas, cartas e diversos gêneros que têm por intenção a formação do povo cristão.

A grande diferença dos Padres apologistas para os apostólicos parece ser, então, o movimento *extra murus*. À medida em que se expande a religião para diversas localidades, surge a necessidade de buscar elementos exteriores que sirvam de suporte para o núcleo do pensamento, bem como Paulo já havia dito e feito. Não seria possível pregar para pagãos e judeus da mesma forma; o mesmo vale para fiéis asiáticos e romanos; ou para camponeses e filósofos. Atacados por intelectuais de diversas estirpes, os intelectuais cristãos sentem o dever de defender sua fé e passar a escrever para fora da Igreja. Em seus escritos vê-se descrições dos rituais cristãos, defesas contra argumentos específicos, defesa dos cristãos condenados ao martírio, sustentações filosóficas de suas crenças e, sobretudo, um propósito pedagógico. São Justino, aclamado como um dos mais importantes dos Padres da Igreja, contemporâneo dos Padres apostólicos, se insere nesse segundo grupo e instaura na Igreja dois novos modelos literários emprestados diretamente da filosofia: as apologias e os diálogos, que não serão mais estranhos ao cristianismo nem nas produções dos mais célebres filósofos medievais como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

¹⁰ Os critérios para que alguém seja considerado Pai da Igreja são: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesial e antiguidade. Os conceitos de ortodoxia e antiguidade são os mais ambíguos e alvos de estudos de patrólogos até hoje.

Justino: sua produção literária e a relação com o *logos*

Por volta do ano 120, surge, pois, uma nova forma de literatura cristã: a dos apologistas. A catequese por via da autoridade ou baseada no sentimento não é suficiente, e o testemunho apologético dado pelos mártires nos interrogatórios, e mesmo durante os suplícios, precisa ser explicitado. É a esta tarefa indispensável que os apologistas passarão a dedicar-se daqui por diante. (DANIEL-ROPS, 2014: 276)

Justino, um jovem inquieto, nasceu na Palestina, onde um dia se chamou Siquém e que hoje se chama Naplusa. De família pagã abastada, interessado em filosofia desde a infância, bem educado nas artes da época, dedica sua vida a procurar a verdade através da sabedoria que, estava convencido, precisava provir de Deus. Começa então sua aventura filosófica e espiritual: circula entre estóicos, que não o satisfizeram pela ausência da figura da divindade em sua metafísica; entre os peripatéticos, cujo mestre demonstrava uma vida desregrada, desiludindo-o; entre os pitagóricos, que possivelmente não o aceitaram por não dominar todos os pré-requisitos de música, astronomia e geometria; e, por fim, entre os platônicos, onde entendeu que a finalidade verdadeira da filosofia é o conhecimento de Deus, do sumo bem.

Terminada sua peregrinação, se destacando entre os platônicos, narra em sua obra *Diálogo com Trifão* um misterioso encontro com um ancião cristão quando caminhava à beira-mar, na Palestina, buscando solitude para a reflexão. No referido diálogo, logo nos primeiros capítulos, Justino narra os argumentos da figura misteriosa, que o introduz no conhecimento das escrituras, falando dos profetas, de Cristo e dos apóstolos por meio de temas metafísicos elaborados também por Platão. Cheio de ideias platônicas, buscando as verdades eternas, ansioso pelo conhecimento de Deus, é convencido pelo ancião de que o cristianismo é a verdadeira filosofia. Eis suas palavras sobre esse encontro:

Ditas essas coisas e muitas outras, que não é o caso de referir agora, o velho foi embora, depois de exortar-me a seguir os seus conselhos. E eu não voltei a vê-lo mais. Contudo, senti imediatamente que se acendia um fogo em minha alma e se apoderava de mim o amor pelos profetas e por aqueles homens amigos de Cristo. Refletindo comigo mesmo sobre os raciocínios do ancião, cheguei à conclusão de que somente essa é a filosofia segura e proveitosa. Desse modo, portanto, e por esses motivos, sou filósofo, e desejaria que todos os homens, com o mesmo empenho que eu, seguissem as doutrinas do Salvador. (JUSTINO, 1995: 63)

A partir desse encontro, Justino, que fazia questão de permanecer usando seu manto de filósofo mesmo após a conversão, passa a debruçar-se sobre as questões fundamentais

que colocavam em xeque a possibilidade de conciliação entre fé e razão. Convencido de que sua religião não se tratava apenas de uma doutrina religiosa, mas um completo sistema filosófico possuidor de uma ordem racional própria, não se escusa das reflexões mais sofridas e espinhosas a fim de dialogar com todos os tipos de intelectuais e defender o cristianismo das acusações de ateísmo, de falta de coerência e, até mesmo, de antropofagia¹¹. Não só se empenha na defesa da fé, mas na defesa do próprio povo cristão perseguido e martirizado.

Suas três únicas obras que chegaram até nossos tempos são o já referido Diálogo com Trifão e Apologia I e II. Certamente escreveu muito mais, porém, bastaram essas três para revelar ao mundo a genialidade e profundidade de um homem angustiado em busca da verdade e da justiça. E o mais interessante, fez isso por meio de estilos literários próprios da filosofia e completamente diversos da literatura cristã de até então, os já referidos: apologia e diálogo.

Interessante notar que esse dois gêneros literários supracitados são os utilizados por Platão, talvez a maior influência filosófica de Justino, citando-o diversas vezes, reinterpretando-o e pondo-o em comparação com Moisés. Além dos diálogos platônicos, que dispensam comentários, há também a famosa Apologia de Sócrates. Nas apologias desse homem que será mártir, como na de Platão, fará um apelo às autoridades em defesa do povo cristão e da doutrina de Cristo; e em seu diálogo trará aqueles mesmos elementos de conversa entre um sábio que não se considera sábio e um ignorante que não conhece sua ignorância. Tratemos de ver como lida com a conciliação entre filosofia e cristianismo por meio de alguns fragmentos marcantes.

Em geral, tudo o que os filósofos e poetas disseram sobre a imortalidade da alma e da contemplação das coisas celestes, aproveitaram-se dos profetas, não só para poder entender, mas também para expressar isso. Dai que parece haver em todos algo como germes de verdade (...). Com isso, ele constantemente conduz o gênero humano à reflexão e à lembrança demonstrando-lhe que cuida e usa de providência para com os homens. (JUSTINO, 1995: 33)

Vemos nesse fragmento umas das contribuições mais significativas de Justino. Ainda que passível de diversas críticas, não há de se negar que por esse caminho mostrou

¹¹ As missas no cristianismo primitivo eram privadas. Somente aqueles que já tinham sido iniciados nos mistérios sagrados poderiam participar. Os pagãos, ouvindo os rumores de que os cristãos comiam a carne e bebiam o sangue de Jesus, achavam que seus rituais incluíam canibalismo. São Justino, então, faz uma breve descrição do que se passava nas missas para as autoridades romanas, esclarecendo esse e outros pontos, com sustentações bíblicas e filosóficas.

aos cristãos que sua fé não é desprovida de esforço racional. Pelo contrário, o próprio Deus conduz os homens à reflexão para que contemplem as coisas celestes e saibam expressá-las. De semelhante modo diz aos filósofos que os cristãos têm razões para crer no que creem. Se as premissas dos filósofos sobre o Deus teórico estiverem corretas, se ele for de fato *pantokrator*, todo-poderoso, e acrescentarmos à ele a personalidade do Deus revelado do cristianismo, temos que é racionalmente possível que possa revelar-se e que a aproximação dele por meio da filosofia é um passo essencial para o conhecimento dessa verdade.

Mesmo assim, ainda restaria nebulosa a relação entre profetas e filósofos, que Justino não deixará à deriva enquanto medita sobre outros assuntos considerados, talvez, mais elevados. Duas grandes questões que busca responder com os livros Apologia I e II, e que iluminará a referida relação, são: 1. se Deus revelou sua verdade por Jesus Cristo, como seriam julgados aqueles que viveram antes dele? 2. Como conciliar a filosofia antes de Cristo, ignorante da verdade revelada, e o cristianismo?

À primeira questão, Justino responde da seguinte maneira:

Nós recebemos o ensinamento de que Cristo é o primogênito de Deus e indicamos antes que ele é o Verbo, do qual todo gênero humano participou. Portanto, aqueles que viveram conforme o Verbo são cristãos, quando foram considerados ateus, como sucedeu com Sócrates, Heráclito e outros semelhantes, e entre os bárbaros com Abraão, Ananias, Azarias e Misael, e muitos outros, cujos fatos e nomes omitimos agora, pois seria longo enumerar. (JUSTINO, 1995: 34)

Aparentemente uma resposta generalizante, simples e que poderia apontar para uma falta de rigor, inclusive. Porém, analisando-a cuidadosamente e com vontade de compreender logicamente através de todos os elementos de sua filosofia já trazidos até aqui, podemos constatar justamente o contrário. Parece-nos que, segundo o referencial teórico e a experiência de vida de Justino, essa seria a única resposta possível e que faz sentido tanto para cristãos quanto para filósofos.

Se aceitarmos a doutrina do *logos* de Fílon e a combinamos com São João, que parece ser a síntese feita por São Justino, temos que o princípio universal que gera o mundo a partir de si mesmo, deixando rastros de sua presença metafísica na imanência do criado, é uma continuação do próprio Deus, que no cristianismo tem nome, chama-se Jesus de Nazaré. E se esse Jesus, ao mesmo tempo Deus e princípio que rege a imanência e confere razão aos homens, é eterno - porque Deus é eterno - ele existe antes da revelação por meio da encarnação. Se existe antes da encarnação e de fato foi responsável pela geração do mundo, deixando um rastro de razão no gênero humano feito à imagem e

semelhança de Deus, todos quantos se aproximaram do *logos* se aproximaram da verdade, se aproximaram do Cristo, caminho, verdade e vida, segundo palavras próprias no Evangelho segundo São João, capítulo 14, versículo 6. Mais ainda, no mesmo versículo, o autor atribui à Cristo em sequência a frase “(...) ninguém vem ao Pai a não ser por mim” (Bíblia de Jerusalém, 2012: 1879). E é aqui que Justino pode afirmar, com toda sua base racional construída, que todos aqueles que viveram de acordo com o Verbo, quer dizer o *logos*, mesmo antes de sua revelação na carne, pode ser chamado cristão, ainda que desconhecassem isso, o que inclui profetas e filósofos igualmente.

Não fosse suficiente, Justino acrescenta à questão do Verbo um conceito estóico, escola que frequentou por muito tempo: o de *logos spermatikos*, a razão seminal. É com essa bagagem que afirma conforme outrora afirmaram os estóicos, que o princípio racional está latente em todo gênero humano porque participam do *logos*. Assim também, por continuidade da análise tipológica, está latente em todo gênero humano a presença do Cristo. Como podemos pela razão alcançar a verdade por participarmos ativamente do princípio criador e mantenedor do cosmos, podemos alcançar Deus-Pai por meio de seu filho Jesus Cristo e participarmos desse mistério.

Como princípio, antes de todas as criaturas, Deus gerou de si mesmo certa potência racional, que o Espírito Santo chamou ora de ‘Glória do Senhor’, ora ‘Sabedoria’, ora ‘Anjo’, ‘Deus’, ‘Senhor’ e Logos (...) e porta todos os nomes, porque cumpre a vontade do Pai e nasceu da vontade do Pai. (JUSTINO, 1995: 99)

Quando afirma que o Espírito Santo chamou a potência racional gerada por Deus a partir dele mesmo de diversos nomes, refere-se àquelas escrituras consideradas reveladas ou inspiradas. Como já dito, o próprio Espírito teria inspirado os hagiógrafos a escreverem tudo quanto lhe convinha revelar aos homens, nada a mais ou menos. Parte assim, simultaneamente, de pressupostos teológicos e filosóficos, a saber, a inspiração divina das escrituras e a ideia do *logos* já debatida dos pré-socráticos aos neoplatônicos; o que torna seus pensamentos tão interessantes, fortes e convincentes à época.

Ainda no livro Diálogo, buscando convencer à judeus e filósofos que Cristo é o *logos* e que já o Antigo Testamento e os filósofos da natureza falavam dele mesmo sem saber, acrescenta como advertência ao seu interlocutor:

Para que não deturpeis as palavras citadas e digais o que dizem os vossos mestres, que Deus se dirigiu a si mesmo ao dizer ‘façamos’, como nós, ao fazer algo, dizemos ‘façamos’, ou que falou com os elementos, isto é, com a terra e outras coisas de que

sabemos que o homem é composto, e a eles disse ‘façamos’ (...). Mas esse gerado, emitido realmente pelo Pai, estava com ele antes de todas as criaturas e com ele o Pai conversa, como nos manifestou a palavra por meio de Salomão, ao dizer-nos que, antes de todas as criaturas, foi gerado por Deus como princípio e progênie esse mesmo que é chamado de sabedoria por Salomão. (JUSTINO, 1995: 100)

Justino afirma e reafirma ao longo de seus textos a identidade divina do criador e de seu instrumento, de Deus que é pai e filho, deixando claro que, antes da criação, o filho *logos* coexiste com o pai Deus. Além disso, estabelece também relação entre este *logos* e a criação. Não só ele é o ingênito transcendente, um instrumento indiferente, mas o princípio que criou e regulou por meio de si mesmo todas as coisas. Ou seja, não está mais apenas em Deus, está na criação e a mantém em relação íntima com ela, conforme visto no conceito de *logos spermatikos* e na passagem de Paulo pregando em Atenas.

Estreitando ainda mais essa relação entre o Verbo e sua criação, Justino afirmará que não é a participação na imagem e semelhança divinas ou a inteligência humana que é capaz de fazer os homens entenderem a Deus, antes a capacidade de entender é apenas um pressuposto, ao qual se faz necessário unir a retidão e a purificação por meio das virtudes (JUSTINO: 1995, 60). Essa atitude de vida reta, em muitas passagens com traços estoicos de *apátheia* (JUSTINO, 1995: 51), quer dizer, impassibilidade, o filósofo cristão apontará como conformidade com a vida segundo a vontade de Deus (JUSTINO, 1995: 144), segundo Cristo. Apesar de serem criados por meio de Cristo e para ele, os homens podem decidir-se livremente por viverem em conformidade com o *logos* ou não, mesmo antes de sua revelação plena; o que já esboça os longos debates de Santo Agostinho sobre o livre-arbítrio e sobre o mal:

Dotados de livre-arbítrio e autonomia, quis que cada um fizesse aquilo para o qual foi por ele capacitado e, caso acolhessem o que lhe é agradável, iria mantê-los isentos de morte e castigo. Caso, porém, cometessem o mal, castigaria cada um como lhe aprouvesse. (JUSTINO, 1995: 122)

Com tudo aquilo que foi apresentado até aqui, parece-nos possível perceber a grandeza do pensamento de Justino e vislumbrar os motivos pelos quais ecoaram ao longo da Idade Média, podendo ser ouvidos ainda hoje. É notória sua capacidade de combinar elementos de fé e razão, teologia e filosofia, com coesão e singularidade. Por esse motivo sua voz ressoa e instaura uma significativa nova relação entre fé e razão, tanto para filósofos, quanto para cristãos. Um não pode mais ignorar a presença do outro ou passar incólume e irrefletidamente pelos argumentos uns dos outros, isso pressupondo que haja

genuína sinceridade intelectual. Justino calará as vozes dos cristãos que não pretendem meter-se em filosofia e de filósofos que acham que o cristianismo é religião de singelos e ignorantes. E é precisamente isso que gerará e fomentará todo tipo de debates e pesquisas por todo medievo. Mesmo que o nome Justino não tenha sido pronunciado na formação de um ou outro neste tempo, o mesmo não ocorrerá com sua influência intelectual.

Considerações finais

Tratar do legado de Justino é obra de uma vida inteira ou duas, de modo que não nos seria possível estender mais este breve trabalho sem desgastar outras tantas longas páginas. Como dito na apresentação, nosso intuito foi tão somente apresentar o modo como Justino foi capaz de instaurar uma nova relação entre fé e razão no mundo e isso fez não só pelos estilos literários, pela eloquência ou mesmo pela profundidade filosófica de suas questões, mas principalmente pela vida que o levou ao martírio.

Seria de se esperar uma postura mais passiva de um jovem filósofo em busca da verdade e que esgota todas as suas forças nessa jornada até que, finalmente, sente-se saciado; como alguém que alcançou seu objetivo e por fim pode descansar. Muito pelo contrário, o mártir parece apenas ter começado verdadeiramente sua jornada quando encontrou-se com aquilo que o saciou. Não pode conter sua descoberta para si. Não que precisasse afirmar seu nome ao mundo e inscrevê-lo no *hall* dos grandes intelectuais, mas porque não poderia viver de outra forma após ter contemplado a verdade, o sumo bem, tão desejado por Platão, prenunciado pelos profetas, presente desde antes da criação e pelo qual tudo foi criado. É isso que acreditava ter experimentado e era isso que defendia e propagava com toda sua vivacidade e capacidade racional, o que torna a leitura de seus escritos e a meditação sobre suas palavras ainda muito mais instigantes.

Foi essa decisão de uma vida entregue até o sangue pela defesa de seus ideais e pela convicção de que é possível unir fé e razão que conseguir contribuir para a história, para muito além do que poderia ter imaginado. Os baluartes do pensamento cristão recorreram constantemente a apologias e diálogos, os grandes teólogos se desgastaram em reflexões tipológicas das escrituras sagradas e passarão a enxergar a filosofia como companheira indispensável de uma vida reta e de sustentação lógica para sua fé. Não fogem a regra até os mais conhecidos: Agostinho tratará da interpretação racional da Bíblia, do livre-arbítrio, do mal, da conciliação entre platonismo e cristianismo; Tomás de Aquino levará a sério a máxima de que é possível buscar e compreender a Deus racionalmente e manterá

incessante diálogo com filósofos através dos tempos sem receio de literaturas pagãs; e assim muitos outros, de nomes menos conhecidos, mas tão importantes quanto como Basílio e sua carta aos jovens discípulos sobre a utilidade da literatura pagã.

Não obstante, o tema da conciliação entre fé e razão foi o centro das discussões de muitos Concílios na história da Igreja, não à toa os padres de hoje precisam formar-se também em filosofia. A linguagem filosófica adentrou definitivamente a linguagem da Igreja como os conceitos de transubstanciação, imortalidade da alma, eucaristia, existência de realidades metafísicas e infinitos outros que não caberiam aqui enumerar.

Por fim, esperamos ter contribuído um pouco para o debate da importância da retomada de autores tão importantes mas tão esquecidos como Justino no meio acadêmico, que consiste em desafio para cristãos e não cristãos. Esperamos ter também contribuído para que se enxergue a riqueza do período Patrístico, ainda que superficialmente, e a necessária busca de uma justa medida entre a fé e a razão que, ao nosso ver, precisa permanecer em constante diálogo e assim evitem cometer as atrocidades de um fideísmo irracional e de um racionalismo vazio.

Referências

ALTANER, B. STUIBER, A. **Patrologia**. São Paulo: Paulus, 1988.

BENTO XVI. **Os Padres da Igreja**: de Clemente de Roma a Santo Agostinho. São Paulo: Pensamento, 2014.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Nova edição revista e atualizada. São Paulo: Paulus, 2012.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

DIDAQUÉ. Nova edição revista e atualizada. São Paulo: Paulus, 2013.

DANIEL-ROPS, Henri. **A Igreja dos Apóstolos e dos Mártires**. 3ª Edição. São Paulo: Quadrante, 2014.

FIGUEIREDO, Fernando A. **O Amanhecer da Igreja**. São Paulo: Lafonte, 2012.

GILSON, Étienne. **Introdução à Filosofia Cristã**. São Paulo: Academia Cristã, 2014.

JUSTINO. **Primeira Apologia**. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **Segunda Apologia**. São Paulo: Paulus, 1995.

_____. **Diálogo com Trifão**. São Paulo: Paulus, 1995.

LIBERA, Alain De. **A Filosofia Medieval**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LIMA, Alessandro. **O Cânon Bíblico: a Origem da Lista dos Livros Sagrados**. São Paulo: ComDeus, 2007.

RATZINGER, Joseph. **Introdução ao Cristianismo**. 7ª Edição. São Paulo: Loyola, 2014.

THONNARD. **Compêndio de História da Filosofia**. São Paulo: Herder, 1968.